

BRASIL | educação

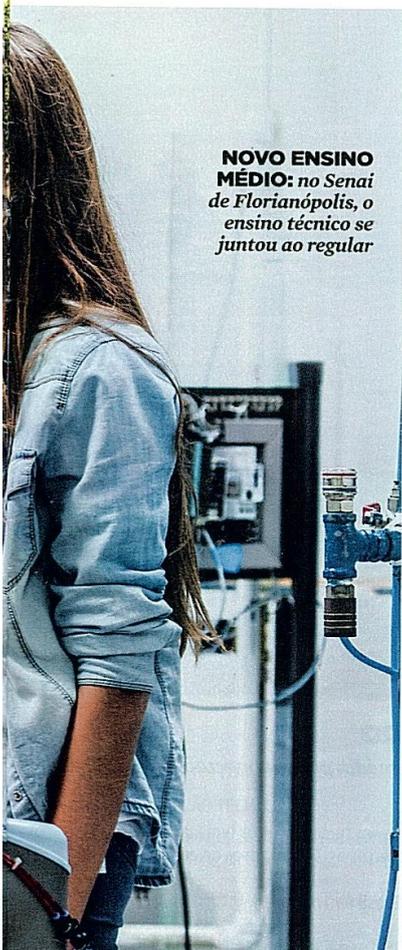


AQUI JÁ TEM REFORMA

O novo ensino médio, aprovado em fevereiro, começa a sair do papel numa modalidade em que o Brasil enfrenta as maiores carências: a formação profissional dos estudantes | **LEO BRANCO**



Baixe o aplicativo gratuito Blippar e ouça a reportagem (saiba mais na pág. 13)



NOVO ENSINO MÉDIO: no Senai de Florianópolis, o ensino técnico se juntou ao regular

MICHEL TEO SEN

na capital catarinense, um dos melhores locais para negócios em tecnologia no Brasil. No curso, a serventia de disciplinas como português e matemática é imediatamente colocada em prática. As aulas de história e geografia, por sua vez, há algumas semanas se concentram na evolução da infraestrutura urbana desde a Antiguidade. O motivo: até dezembro os alunos deverão criar um jogo online sobre cidades inteligentes em que o conhecimento do tecido urbano é fundamental para a montagem de cenários do jogo. Em matemática, abstrações de geometria, como catetos e hipotenusas, servem de base para os estudantes manusearem melhor máquinas de corte de objetos que criam em aulas de impressão em 3D. O pensamento lógico do filósofo grego Aristóteles é inspiração para sessões de programação de software. O curso, embora recente, já chamou a atenção dos jovens da região. “Há filas de espera para a turma de 2018”, diz

Só 11% dos jovens brasileiros saem da escola com formação técnica. Na Suíça, a taxa supera os 60%

a um modelo de escola que se perdeu ao longo da década de 80, quando a formação prática foi separada da regular por causa da necessidade de aumentar a oferta de vagas numa época de muita restrição orçamentária. Atualmente, o usual para um aluno do ensino médio interessado em se tornar técnico é começar os estudos após a educação regular, um complemento que pode levar até seis anos. Ou, quando o aluno consegue frequentar o médio em paralelo com o técnico, raramente os conteúdos conversam entre si. “É comum o estudante chegar ao técnico sem uma base de aprendizado, e isso compromete a formação especializada”, diz a educadora Ana Inoue, consultora da Fundação Itaú BBA, que apoia projetos de educação profissional.

O resultado é que poucos jovens no Brasil terminam o ensino médio com algum certificado que sirva de currículo para o mercado de trabalho. Só 11% concluem algum curso técnico ou profissionalizante, segundo a Confederação Nacional da Indústria. O destino dos demais estudantes também não é a universidade: só 25% seguem carreira acadêmica. O restante — seis entre dez secundaristas — para de estudar ali mesmo. Essa enorme desmotivação com a própria educação causa perdas bilionárias. De acordo com as estimativas do Instituto Ayrton Senna, com base nos dados do MEC sobre o assunto, em 2014 o Brasil praticamente desperdiçou quase 9 bilhões de reais em despesas com 1,4 milhão de jovens que abandonaram os estudos ou não concluíram o médio nos três anos do currículo. E, como o volume de investimento por aluno dobrou desde 2010, o gasto público com estudantes que não se formam na idade certa subiu 20% desde o início da década. “Num país com limitações orçamentárias como o nosso, não dá mais para jogar dinheiro fora assim”, diz Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna.

Além do desperdício de recursos, há riquezas que o país deixa de produzir por não ter profissionais devidamente qualificados. Segundo a CNI, oito em cada dez postos de trabalho que

DESDE FEVEREIRO, 80 JOVENS DE FLORIANÓPOLIS estudam num projeto piloto de ensino médio que, se depender da vontade do Ministério da Educação, vai ser o padrão no Brasil daqui para a frente. Aberto por uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o curso une conhecimentos teóricos e práticos visando ao mercado de trabalho. A mudança começa pelo diploma: após três anos de estudos, os alunos recebem certificado de conclusão do ensino regular e de técnico em informática, uma formação disputada

Leonardo de Oliveira, gerente de educação do Senai catarinense.

O currículo seguido pelos estudantes de Florianópolis foi criado com base nos parâmetros da reforma do ensino médio sancionada pelo presidente Michel Temer em fevereiro. O foco do texto é o retorno da vocação profissionalizante do ensino secundário. A ideia é que, a partir de 2019, os 7 milhões de secundaristas brasileiros possam escolher, num cardápio de cinco áreas do saber, o que desejam estudar. Uma das opções é a formação profissional, que deverá reunir os 227 currículos técnicos permitidos pelo MEC. É uma volta

BRASIL | educação

serão abertos até 2020 vão precisar de profissionais com cursos técnicos ou qualificação profissional. “Se não formarmos bem os jovens, poderá deixar de existir o equivalente a 12 milhões de empregos”, afirma Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai. A carência é mais forte em áreas como robótica e inteligência artificial.

NOVOS CURSOS

Ainda falta muito para a reforma do ensino médio de fato preparar os jovens brasileiros para suprir as demandas do mercado. Mas a nova lei já deu liberdade a alguns gestores públicos para adaptarem os currículos e comecem a recuperar o atraso. Em Santa Catarina, o modelo do Senai está sendo adotado em quatro escolas públicas estaduais. Em outros estados, a falta de dinheiro impede investimentos numa unificação completa dos currículos, como a da experiência catarinense. Mas, com adaptações, o ensino profissionalizante vem ganhando espaço. Em Mato Grosso do Sul, desde fevereiro cerca de 2 700 alunos secundaristas (10% da rede) podem escolher entre 11 cursos técnicos. A escassez de professores é superada com aulas online — de 15% a 20% do currículo é repassado em videoaulas pela internet. No Ceará, alunos de 125 escolas de nível médio já têm acesso a formação profissionalizante e a uma bolsa de 450 reais para estagiar em empresas conveniadas. Mesmo o Ministério da Educação, que por lei deveria se preocupar só com o ensino superior e deixar a gestão do ensino médio para os estados, está pondo a mão na massa. Em dezembro, antes de a reforma passar pelo Congresso, a pasta anunciou o investimento de 700 milhões de reais na abertura de 80 000 vagas de cursos técnicos para alunos do nível médio. O projeto, chamado de MedioTec, é parte do Pronatec, programa de formação profissionalizante voltado para desempregados em busca de requalificação. Lançado em 2011 como carro-chefe do governo Dilma Rousseff para a educação, o Pronatec no auge, em 2014, teve 4,6 milhões de matrículas. Hoje são 400 000. O enrugamento se deve, em parte, às críticas



APOIO PRIVADO: cursos bancados por empresas, como o ProA, devem ganhar espaço no ensino médio

UM ENSINO QUE NÃO DÁ FUTURO

As consequências para o Brasil de um ensino médio pouco conectado ao mercado

MÁ FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A proporção de universitários que se preparam para dar aula em cursos técnicos tem aumentado, mas eles ainda são minoria e estão mal distribuídos — dois terços estão em cursos de educação física

Universitários ingressantes em cursos de licenciatura no Brasil (em milhares)

2012



238

28% estudavam para dar aula em cursos técnicos e de qualificação, segundo o MEC

67% faziam educação física e 5% informática

2015



271

35% estudavam para dar aula em cursos técnicos e de qualificação, segundo o MEC

77% faziam educação física e 2,8% informática

de que não houve critério na localização geográfica dos cursos — muitas turmas tiveram evasão superior a 50% porque faltou oferta regional de postos de trabalho para os estudantes. Com o MedioTec, a estratégia está sendo ouvir a iniciativa privada para decidir onde alocar os cursos técnicos, que deverão começar em agosto. “Queremos evitar

os erros do Pronatec”, diz o ministro da Educação, Mendonça Filho.

A reforma também deve abrir a possibilidade de gestores públicos firmarem parcerias com a iniciativa privada para a montagem de currículos profissionalizantes ajustados às necessidades das empresas. Se a ideia vingar, o Brasil deverá seguir o exemplo da Suíça, onde



GERMANO LUDERS

de desemprego suíça, de 3% da mão de obra, ser uma das mais baixas do mundo. No Brasil, um exemplo de parceria que deve prosperar com a reforma é a do Instituto ProA, organização não governamental de São Paulo financiada por empresas como os bancos JP Morgan e Credit Suisse e a varejista Via Varejo. No ProA, profissionais que construíram uma carreira bem-sucedida na iniciativa privada ensinam jovens de baixa renda a vencer a competição por bons empregos. Nas aulas, dão lições de como passar numa entrevista de emprego, como trabalhar em equipe, como expor ideias, e por aí vai. Desde o início, em 2007, o programa já formou 3 600 jovens, que não raramente têm aulas nos escritórios das empresas apoiadoras. A evasão nas turmas não passa de 3% ao ano. Agora, com a reforma do ensino médio, o plano é fechar convênios com os estados para oferecer o conteúdo nas próprias salas de aula — uma parceria com o governo paulista já foi acertada. “Em dez anos, queremos formar 400 000 jovens”, diz Rodrigo Dib, diretor executivo do ProA.

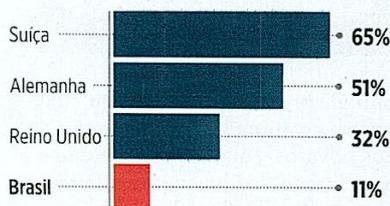
cit de professores na hipótese de cursos técnicos serem oferecidos aos 7 milhões de secundaristas. Pelo lado da oferta, há mais universitários interessados em ensinar disciplinas profissionalizantes. Em 2012, 28% dos 238 000 alunos que ingressaram em licenciaturas expressavam esse desejo; em 2015, 35%, segundo um levantamento do Instituto Águila, consultoria em gestão escolar, com base em dados do MEC. O problema é que dois terços desses futuros professores se concentram em cursos de educação física — disciplina tida como profissional pelo ministério —, e a fatia vem subindo. Já os universitários que se preparam para ensinar informática estão mais raros: eram 5% em 2012 e, três anos mais tarde, apenas 2,8%. Para lidar com a escassez, outra novidade da reforma é a permissão para profissionais de notório saber técnico darem aula, algo que até a sanção da nova lei era proibido. Mas, para eles entrarem em sala de aula, falta um currículo nacional que estipule o que deverão ensinar, discus-

incluem má formação de professores, baixa qualificação técnica dos alunos e desperdício de dinheiro público

BAIXA FORMAÇÃO TÉCNICA

A consequência é que poucos jovens saem com um diploma técnico ou profissionalizante

População adulta com formação vocacional (em %)



65% dos secundaristas recebem alguma formação profissional. Lá, as aulas ocorrem numa rede de 3 000 escolas mantidas por associações comerciais ou industriais e os alunos estagiam nas empresas mantenedoras do programa. O forte vínculo dos estudantes com o mercado de trabalho é tido pelos especialistas como um dos motivos de a taxa

DESPERDÍCIO DE RECURSOS

Muitos estudantes não completam o nível médio na idade certa, elevando o gasto público

Estudantes que reprovam ou abandonam o ensino médio (em milhão)



Despesas com reprovação e abandono escolar (em bilhões de reais)

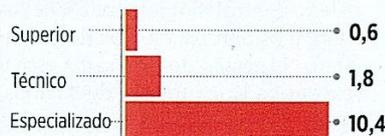


Apesar do ânimo com a reforma educacional, há uma série de desafios para a lei sair do papel. A começar pela falta de dinheiro para contratar professores, montar laboratórios e toda a parafernália de um curso profissionalizante. A falta de gente qualificada para dar aulas é outro problema. Hoje não há sequer uma estimativa do défi-

FUTURO COMPROMETIDO

A escassez de formação técnica limita a condição de os jovens ocuparem bons empregos no futuro

Demanda de profissionais por escolaridade, de 2017 a 2020 (em milhões)⁽¹⁾



(1) Inclui novos postos de trabalho e especialidades para as vagas atuais continuarem produtivas
Fontes: Confederação Nacional da Indústria, Instituto Águila e Instituto Ayrton Senna

ção que deve ir até o fim do ano. Só então as redes de ensino poderão ter segurança jurídica para contratar esses profissionais sem sofrer processos judiciais de sindicatos contrários à medida. Até lá, exemplos bem-sucedidos de reforma no ensino médio deverão surgir aqui e ali. Resta saber se o país inteiro poderá seguir o mesmo caminho. ■

BRASIL | educação

DA USP PARA A PERIFERIA

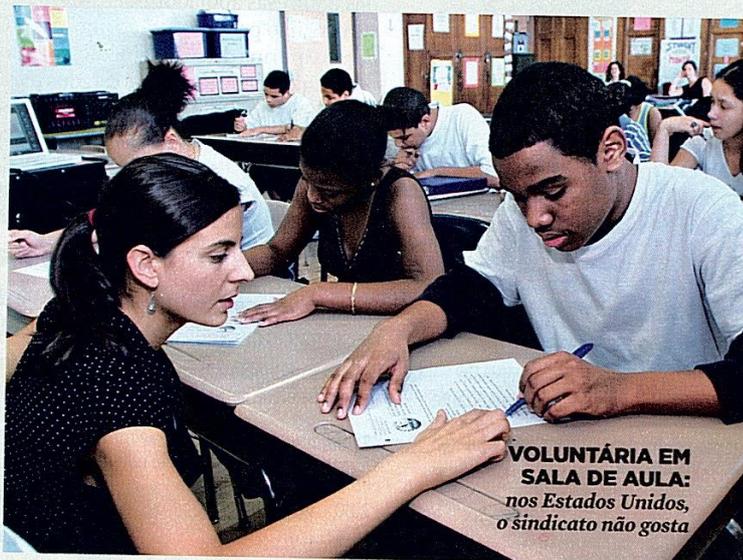
DESDE FEVEREIRO, 55 EGRESSOS DAS MELHORES UNIVERSIDADES DO BRASIL ESTÃO DANDO AULA EM ESCOLAS DE ÁREAS ONDE FALTAM PROFESSORES. VAI DAR CERTO?

Num vídeo que circula pela internet desde agosto do ano passado, o bilionário Jorge Paulo Lemann desafia os universitários brasileiros a contribuir para a melhoria da educação no Brasil. Como? Virando professor em escolas públicas de periferia, onde costuma faltar de tudo, a começar por quem ensine. O chamamento de Lemann já atraiu 3 300 jovens de várias partes do país. Destes, 55 foram selecionados para a primeira turma do Ensina Brasil, iniciativa para motivar universitários com bom desempenho acadêmico a se tornarem professores. O programa é inspirado no *Teach for America*, organização civil fundada em 1989 nos Estados Unidos que já formou 55 000 docentes entre recém-diplomados de universidades de ponta, como Harvard. No Brasil, o projeto começou em fevereiro, financiado por Lemann e filantropos como Claudio Haddad, presidente do conselho de administração da escola de negócios Insper; a família Klein, controladora da rede Via Varejo; e os Setubal, sócios do banco Itaú. Na gestão do programa está a executiva Erica Butow, de 33 anos, que largou a carreira em empresas como a P&G para estudar educação na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde conheceu a metodologia que traz agora ao Brasil.

Entre os 55 jovens escolhidos para o Ensina Brasil estão engenheiros e administradores recém-formados em centros de elite, como a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e a Fundação Getúlio Vargas. O grupo vai passar dois anos lecionando para alunos do 6º ao 9º ano e do ensino médio de 17 escolas públicas

localizadas em áreas periféricas de Cuiabá e Campo Grande — capitais cujo crescimento populacional trouxe uma porção de problemas, inclusive a falta de gente disposta a tentar romper o ciclo de pobreza dos alunos por meio da educação. Atualmente, das 20 000 vagas para dar aula nas escolas de Mato Grosso do Sul, 5%

-secretária de Educação na cidade de Washington. Lá, de 2007 a 2010, ela conseguiu aumentar em 15% a nota média dos alunos em matemática pagando aos professores bônus atrelados a metas. Mas o programa é criticado por sindicalistas americanos: no rol de queixas está a de que os jovens voluntários acabam subs-



**VOLUNTÁRIA EM
SALA DE AULA:**
nos Estados Unidos,
o sindicato não gosta

DIVULGAÇÃO

estão à espera de interessados. “A escassez é pior na periferia, onde poucos se arriscam a ir”, diz Maria Cecília Amendola da Motta, secretária estadual de Educação. Pelas regras do Ensina Brasil, os jovens serão contratados do governo e receberão salário de professor temporário, em torno de 3 000 reais nos dois estados.

No *Teach for America*, embrião da metodologia do Ensina Brasil, 70% dos participantes seguem envolvidos com ensino após o programa. Entre os ex-alunos está Michelle Rhee, ex-

tituindo professores de carreira, cujo salário costuma ser maior do que o dos novatos. Fala-se também que a preparação dos jovens para entrar em sala de aula, de cinco semanas, é insuficiente para provocar um salto de qualidade no ensino. No Brasil, além do treino de cinco semanas, os selecionados estão fazendo a licenciatura no tema das aulas e um curso de gestão. “O objetivo é formar líderes que revolucionem a educação”, diz Erica. A dúvida é como os sindicatos daqui vão receber os colegas.